

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1539/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Complementar nº 847, de 16 de julho de 1998, que institui o "POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão" - Programa do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.399, de 1 de agosto de 2002, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo e dá outras providências.
- Decreto Municipal nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal da Fazenda, introduz alterações no Decreto nº 54.800, de 29 de janeiro de 2014, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.
- Decreto Municipal nº 59.567, de 29 de junho de 2020, que altera parcialmente a estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda e introduz modificações no Decreto nº 58.030, de 12 de dezembro de 2017.
- PL 270/2000, que obriga o atendimento aos munícipes, pela prefeitura, em todas suas áreas fim, denominado Poupatempo Municipal, e dá outras providências.
- PL 29/2017, que autoriza o poder executivo a implantar o programa "Poupatempo Municipal do Empreendedor" e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, de fevereiro de 2026.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414

Cintia Talarico da Cruz Carrer



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068